

A INTEGRIDADE DA INFORMAÇÃO SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO G20 BRASIL 2024: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

*THE INTEGRITY OF CLIMATE CHANGE INFORMATION IN G20 BRAZIL 2024:
CHALLENGES AND OPPORTUNITIES*

*LA INTEGRIDAD DE LA INFORMACIÓN SOBRE EL CAMBIO CLIMÁTICO EN EL G20
BRASIL 2024: DESAFÍOS Y OPORTUNIDADES*

Krystal Urbano¹

Resumo

O artigo explora os desafios e as oportunidades enfrentados pelo Brasil durante sua presidência no G20 em 2024, dando ênfase na defesa e promoção da integridade da informação sobre mudanças climáticas. Em tempos de crise ambiental e informacional, o Brasil se posiciona na vanguarda da luta contra a desinformação climática, agravada pela ação de figuras influentes e pelo intermédio das plataformas digitais. A presidência do G20 oferece ao Brasil uma oportunidade única de liderar iniciativas que promovam a soberania digital e garantam a integridade informacional, promovendo decisões baseadas em evidências científicas. O artigo conclui que o G20 Brasil 2024 pode estabelecer novos padrões de governança digital e climática, sendo crucial na luta contra o negacionismo e a desinformação.

Palavras-chave: integridade informacional; mudança climática; desinformação; G20 Brasil 2024; soberania digital.

Abstract

This paper analyzes the challenges and opportunities faced by Brazil during its presidency at the G20 in 2024, emphasizing the defense and promotion of information integrity about climate change. In times of environmental and informational crises, Brazil takes a stand on the front line of the fight against climate misinformation, aggravated by the actions of important figures and through the mediation of digital platforms. The G20 presidency offers Brazil a unique opportunity to lead the initiatives that promote digital sovereignty and warrant information integrity, promoting decisions that are based in scientific evidence. This paper concludes that the G20 Brazil 2024 can establish decisions that are based in scientific evidence. The article concludes that the G20 Brazil 2024 can establish new patterns of digital and climatic governance, being crucial for the fight against denialism and misinformation.

Keywords: informational integrity; climatic change; misinformation; G20 Brazil 2024; digital sovereignty.

Resumen

El artículo explora los desafíos y las oportunidades que enfrentó el Brasil durante su presidencia del G20 en 2024, destacando la defensa y promoción de la integridad de la información sobre el cambio climático. En tiempos de crisis ambiental e informativa, el Brasil se posiciona a la vanguardia de la lucha contra la desinformación climática, agravada por la acción de figuras influyentes y por el intermediario de las plataformas digitales. La presidencia del G20 ofrece a Brasil una oportunidad única de liderar iniciativas que promuevan la soberanía digital y garanticen la integridad informativa, promoviendo decisiones basadas en evidencia científica. El artículo concluye que el G20 Brasil 2024 puede establecer nuevas referencias de gobernanza digital y climática, siendo crucial en la lucha contra el negacionismo y la desinformación.

Palabras clave: integridad de la información; cambio climático; desinformación; G20 Brasil 2024; soberanía digital.

¹ Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense, com Mestrado em Comunicação pelo mesmo programa (PPGCOM | UFF) e Graduação em Comunicação Social – Jornalismo (Universidade Estácio de Sá). E-mail: krystalcortez@id.uff.br

1 Introdução

Em primeiro de dezembro de 2023, o Brasil assumiu a presidência do G20 sob o lema “a construção de um mundo justo e um planeta sustentável” (G20 Brasil, 2023). Na ocasião, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, defendeu o compromisso do Brasil rumo a uma nova globalização, que tenha como objetivo combater as disparidades e desigualdades compartilhadas entre os países do mundo majoritário. Trata-se, portanto, de um momento de protagonismo do Brasil, que pela primeira vez, sediará uma reunião da Cúpula dos líderes do G20, que será realizada na cidade do Rio de Janeiro em novembro de 2024. O G20 reúne as vinte maiores economias do mundo, reunindo 80% do PIB global, 75% das exportações e cerca de 60% da população mundial, constituindo-se como um fórum político e econômico com enorme influência em termos de pautas da agenda internacional. Três eixos orientam os compromissos firmados na gestão brasileira à frente do G20: a inclusão social e o combate à fome e à pobreza; a promoção do desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômicas, sociais e ambientais (como a transição energética) e as reformas nas instituições de governança global. Dentre os temas que ganham proeminência na agenda central do G20 Brasil 2024, ganham relevância os debates relacionados às ações e estratégias de promoção da integridade da informação².

A escolha deste tema não nos surpreende. De fato, a defesa da promoção da integridade da informação em ano de G20 no Brasil revela a importância que esse tema adquiriu na agenda pública global dos países majoritários nos últimos anos. A escolha reflete uma preocupação geral compartilhada entre os diversos países do bloco, sobre os impactos da desinformação³ e do discurso de ódio⁴ no ambiente *on-line*, demonstrando a necessidade emergente de esforços coordenados rumo ao combate e estratégias de enfrentamento a esse problema, especialmente, no Sul Global. Debates multilaterais globais sobre o tema vêm sendo realizados sistematicamente no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por meio de propostas como a Iniciativa

² Segundo a Organização das Nações Unidas, integridade da informação refere-se à precisão, consistência e confiabilidade da informação. Ela é ameaçada pela desinformação, pela informação falsa e discurso de ódio (Como..., 2023).

³ A desinformação é descrita pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como conteúdo falso ou enganoso que pode causar danos específicos, independentemente de motivações, consciência ou comportamentos (Como..., 2023).

⁴ Discurso de ódio, de acordo com a definição de trabalho da Estratégia e Plano de Ação das Nações Unidas sobre o Discurso de Ódio, diz respeito a “qualquer tipo de comunicação oral, escrita ou comportamento, que ataca ou usa linguagem pejorativa ou discriminatória com referência a uma pessoa ou grupo com base em quem eles são, ou seja, com base em sua religião, etnia, nacionalidade, raça, cor, descendência, gênero ou outro fator identitário” (Nações Unidas, p. 5, 2023).

Por uma Internet Confiável (*Internet for trust*)⁵ da Unesco, as consultas do Pacto Digital Global (*Global Digital Compact*)⁶ e do documento Integridade da Informação nas Plataformas Digitais da ONU, incluindo os debates da OCDE sobre desinformação. No contexto brasileiro destacam-se iniciativas como o Brasil contra o Fake⁷, o Comunica BR⁸ e a Estratégia brasileira de Educação Midiática⁹, visando garantir a transparência e a integridade da informação sobre o governo e suas políticas públicas.

A escalada da desinformação e do discurso de ódio no ambiente *on-line* tem causado abalos sem precedentes na democracia, constituindo-se como uma ameaça cotidiana à confiabilidade das instituições públicas e científicas, bem como à liberdade de expressão em diversos países (Wardle; Derakhshan, 2017; Strippel *et al.*, 2023; Alves *et al.*, 2023). A desinformação é um fenômeno histórico que tem sido propagado por décadas nos países da América Latina, incluindo o Brasil, pelos políticos, autoridades públicas e pela mídia tradicional (Valente *et al.*, 2022; Sierra Caballero; Sola-Morales, 2020). Na história recente do país, a desinformação e o negacionismo encontraram no movimento político do bolsonarismo novas condições de crescimento e exercício de poder, tendo nas plataformas de redes sociais seu principal espaço de atuação (Miguel, 2022; Toni; Chaves, 2022; Pires-Oliveira, 2022). No dia 08 de janeiro de 2023, os prédios dos Três Poderes foram invadidos e depredados pela extrema-direita, com o objetivo de angariar apoio das Forças Armadas para uma intervenção militar. Esse ato de violência contra as instituições democráticas foi fomentado durante mais de dois meses de acampamentos em frente aos quartéis do exército, alimentado por intensas campanhas de desinformação e teorias conspiratórias sobre fraude eleitoral, divulgadas, novamente, principalmente por meio das plataformas (FGV/ECMI, 2023).

A defesa da promoção da integridade da informação no G20 Brasil 2024 ocorre em um momento de catástrofe climática sem precedentes no país. O Brasil vivenciou, não apenas a maior enchente de sua história, mas também uma grande onda de desinformação relacionada aos motivos, impactos da tragédia e às ações do governo federal. As intensas precipitações, iniciadas em 27 de abril e intensificadas em 29 de abril, impactaram mais de 400 cidades, principalmente nas regiões do Vale do Rio Pardo, Vale do Taquari e na região metropolitana

⁵ Internet for Trust (UNESCO). Disponível em: <https://www.unesco.org/en/internet-trust> Acesso em: 30 abr. 2024.

⁶ Global Digital Compact. Disponível em: <https://www.un.org/techenvoy/global-digital-compact> Acesso em: 30/04/2024.

⁷ Brasil contra Fake (SECOM). Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contra-fake> Acesso em: 30/04/2024.

⁸ Comunica BR (SECOM). Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acao-a-informacao/comunicabr> Acesso em: 30/04/2024.

⁹ Estratégia Brasileira de Educação Midiática (SECOM). Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica-apresenta-as-politicas-publicas-voltadas-para-a-populacao/2023_secom-spdigi_estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica.pdf Acesso em: 30/04/2024.

de Porto Alegre. Conteúdos divulgados em plataformas como YouTube e WhatsApp frequentemente divergiam das fontes oficiais, confundindo a população e dificultando as ações de emergência no desastre climático que devastou o estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024 (NETLAB/UFRJ, 2024b). A agenda da integridade da informação, portanto, traz inúmeros desafios, mas também oportunidades para o Brasil, que historicamente enfrenta as problemáticas da desinformação e do negacionismo, especialmente em relação às mudanças climáticas (Santini; Barros, 2022; Franchini; Mauad; Viola, 2020; Salles *et al.*, 2023). Cenários semelhantes ocorrem em outros países, mostrando como as populações dos países em desenvolvimento vêm pagando um preço alto pela ineficiência dos países desenvolvidos em lidar com a desinformação e o negacionismo climático.

Nesse sentido, este artigo reflete sobre os desafios e oportunidades que o Brasil enfrenta em tempos de crises ambientais e informacionais, com destaque para a integridade da informação como um componente crucial na luta contra as mudanças climáticas. O problema central de pesquisa gira em torno do impacto da desinformação climática nos países do Sul Global, com especial atenção ao Brasil, e como isso compromete a soberania digital e os esforços de enfrentamento ao negacionismo climático. Para fundamentar essa análise, utilizam-se dois métodos: a pesquisa bibliográfica, que revisita as principais contribuições teóricas e institucionais sobre o tema e a observação participante em eventos do G20 Brasil 2024, o que permite uma visão aprofundada das discussões e estratégias em torno da integridade da informação. O G20 Brasil 2024 se configura como uma oportunidade estratégica para que o Brasil assuma um papel de liderança na promoção de políticas baseadas em evidências científicas, promovendo a cooperação internacional no enfrentamento das crises climática e informacional.

2 Crises dentro de crises: a desinformação sobre o clima no mundo majoritário

O mundo contemporâneo vem passando por profundos desafios no que diz respeito ao fenômeno da desinformação sobre o clima (Allen; Mcaleer, 2018; Maxwell; Miller, 2016; Silva, 2022). A acelerada mudança no clima global e sua origem antrópica (Cook *et al.*, 2013; Powell, 2019), apesar de não ser uma temática nova, tornou-se um dos principais tópicos de discussão e de circulação de controvérsias no ambiente digital nos últimos decênios. Conteúdos falsos e negacionistas sobre aquecimento global e mudanças climáticas nunca foram tão presentes e acessíveis, tornando-se uma realidade concreta das dinâmicas e disputas de informação que se estabelecem sobre o referido tópico nas plataformas digitais (Alonso-Lòpez *et al.*, 2021; Santini; Barros, 2022; Salles *et al.*, 2023). A desinformação sobre o clima no ambiente *on-line*

é protagonizada por diferentes atores, dos mais variados campos e vertentes, que se organizam de forma muito eficiente em “câmaras de eco” para difundir controvérsias sobre o clima, especialmente nas plataformas de redes sociais (Recuero; Soares; Zago, 2021; Oliveira, 2020). Embora o cenário de desordem informacional¹⁰ (Wardle; Derakhshan, 2017) e crise epistêmica¹¹ (Oliveira, 2020) já estivesse consolidado o suficiente antes da pandemia de covid-19, a emergência de saúde pública parece ter acelerado a percepção sobre os problemas e consequências causadas pelas mudanças climáticas em escala global (O’Callaghan-Gordo; Antó, 2020; Heyd, 2021; Rivas, 2021).

A desinformação e o negacionismo relacionado à acelerada mudança no clima global e sua origem antrópica tornaram-se uma preocupação global compartilhada entre diferentes realidades do “mundo majoritário” (Alam, 2008). Por “mundo majoritário” entendemos o conjunto de países que compõem a maioria da humanidade, mas que historicamente foram colocados à margem pelo “mundo minoritário” ocidental. Por séculos, e até muito recentemente, a superioridade da Civilização Ocidental sobre o resto do mundo foi aceita como um dado autoevidente. Contudo, evidências crescentes apontam para uma acelerada mudança de eixo no equilíbrio global, em direção a esses países, em uma ordem multipolar. O termo “mundo majoritário”, portanto, destaca a maioria numérica e cultural da humanidade e desafia a retórica de democracia e universalidade do Ocidente centrada em um ordem unipolar. Entretanto, em um contexto de crise ambiental, informacional e epistêmica (Oliveira, 2020; Galleli; Leitzke, 2016), são justamente os países componentes do mundo majoritário, países em desenvolvimento e/ou do Sul Global, os primeiros a enfrentarem as dimensões dos efeitos da desinformação e do negacionismo relacionado ao desequilíbrio climático (Nadir, 2020; Nartova-Bochaver *et al.*, 2022; Nash *et al.*, 2020).

A Organização das Nações Unidas (ONU), no relatório “Global Drought Snapshot 2023: The Need for Immediate Action”, recentemente destacou o risco de que a próxima grande crise global possa ser causada pela seca. Como consequência, projeta-se que essa crise poderá gerar um significativo aumento no número de refugiados climáticos até 2050. Desastres socioambientais recentes, ocorridos nos países do mundo majoritário, ampliam essa percepção, uma vez que as populações dos países em desenvolvimento vêm pagando um preço alto pela

¹⁰ A desordem informacional refere-se ao caos gerado pela circulação massiva de informações enganosas ou manipuladas nas plataformas digitais. Ela cria “poluição informativa”, dificultando o discernimento da verdade e desestabilizando sistemas sociais. Esse fenômeno impacta a coesão social e afeta negativamente a estabilidade dos sistemas ao gerar ruído e confusão.

¹¹ A crise epistêmica reflete a perda de confiança nas instituições e na verdade objetiva, em que fatos são manipulados para sustentar crenças pessoais. Ela é amplificada pelas redes sociais, favorecendo a polarização e distorcendo a percepção da realidade, comprometendo a coesão social e a credibilidade das instituições.

ineficiência dos países desenvolvidos em lidarem com o desequilíbrio e o negacionismo climático (Nash *et al.*, 2020; Nadir, 2020). Historicamente, os países desenvolvidos têm sido responsáveis pela maior parte das emissões de gases de efeito estufa devido à industrialização precoce e ao uso extensivo de combustíveis fósseis. Essas emissões acumuladas ao longo dos anos têm contribuído significativamente para o aumento da concentração de gases na atmosfera, levando às mudanças climáticas globais (United Nations Convention To Combat Desertification, 2023).

Em 2019, a Austrália teve uma intensa temporada de queimadas, considerada a pior de sua história. Na África, o ciclone Freddy atingiu Moçambique, Malawi e o Zimbábue, resultando em centenas de vítimas, desaparecidos e desabrigados em 2023. No Brasil, a seca que afetou a Amazônia em 2023 causou a maior queda nos níveis dos rios já registrada, estando diretamente relacionada às mudanças climáticas. Atualmente, no Canadá, centenas de incêndios florestais obrigaram milhares de pessoas a deixarem suas casas. No Afeganistão e na Indonésia, dois países do continente asiático, fortes chuvas atingiram ambos os países ao longo de cinco dias, deixando inúmeros refugiados climáticos em maio de 2024. No mesmo período, em Papua Nova Guiné, cerca de 670 pessoas foram soterradas por um enorme deslizamento de terra. No contexto brasileiro, além dos impactos das fortes chuvas que atingiram o estado do Rio Grande do Sul, o Pantanal brasileiro, mais uma vez, se vê ameaçado pelas extensas queimadas registradas em junho de 2024, que já superaram o recorde das contabilizadas no ano de 2020.

O fenômeno da desinformação sobre o clima nos países do mundo majoritário revela uma profunda desconfiança dos cidadãos não apenas nas informações disponíveis sobre esse tópico nas mídias tradicionais, mas também nas bases do conhecimento científico e nas instituições que o sustentam. A midiáticação de controvérsias científicas frente a um momento de demanda acelerada da sociedade por informações parece ter tido um papel central no processo de deslegitimação de várias instituições (Santini; Barros, 2022; Oliveira, 2020). A contestação e deslegitimação persistente de diferentes atores sobre a informação, expertise e evidências científicas sobre as mudanças climáticas e de suas instituições associadas no ambiente digital apresentam-se como uma nova regra do jogo de disputa pela verdade — e não uma exceção (Silva, 2022). Apesar das tentativas de enfrentamento à desinformação sobre mudanças climáticas com ferramentas de verificação de fatos e programas de literacia e educação midiática, a resistência à aceitação de informações contrárias às crenças pessoais e as preocupações com a liberdade de expressão complicam a implementação eficaz dessas soluções (Brandtzaeg; Følstad, 2017; Hart; Nisbet; Shanahan, 2011; Hameleers; Van Der Meer, 2020).

O relatório de política da ONU para a Agenda Comum, intitulado “Integridade da Informação nas Plataformas Digitais” (ONU, 2023), destaca de forma clara como as ameaças da desinformação, em suas diversas formas, têm um impacto negativo sobre todos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Entre os mais afetados, ganham destaque os objetivos relacionados ao meio ambiente, como o ODS 13 (Ação Climática), o ODS 14 (Vida na Água) e o ODS 15 (Vida Terrestre). A desinformação sobre mudanças climáticas, por exemplo, gera ceticismo e resistência às políticas ambientais necessárias para mitigar os efeitos do aquecimento global, dificultando a implementação de soluções sustentáveis. Narrativas falsas que negam a ciência climática ou minimizam os riscos ambientais comprometem a ação global, resultando em políticas inadequadas e atrasos na adoção de tecnologias limpas e práticas sustentáveis. Além disso, a desinformação pode influenciar negativamente a percepção pública sobre a necessidade de conservar os ecossistemas marinhos e terrestres, dificultando a proteção da biodiversidade e a gestão sustentável dos recursos naturais.

No contexto do ODS 14 (Vida na Água) e ODS 15 (Vida Terrestre), por exemplo, a disseminação de informações incorretas pode subestimar a importância da conservação dos oceanos, mares e florestas, levando à degradação contínua dos habitats naturais. Isso pode resultar em práticas pesqueiras insustentáveis, desmatamento e perda de biodiversidade, exacerbando a crise ambiental. A integridade da informação sobre o clima é vital para educar e conscientizar as comunidades globais sobre a importância da preservação ambiental e a adoção de práticas sustentáveis. Proteger a integridade da informação sobre o clima garante que as políticas de conservação e os esforços para restaurar ecossistemas degradados sejam baseados em dados científicos precisos, promovendo um desenvolvimento sustentável que beneficie tanto o meio ambiente quanto as gerações futuras. Assim, combater a desinformação é essencial para alcançar os objetivos ambientais dos ODS de maneira eficaz e justa.

Atualmente, observa-se um avanço significativo no debate científico, acadêmico, midiático e governamental sobre os impactos da desinformação nas mudanças climáticas. Sobretudo, há um consenso emergente entre os países do mundo majoritário de que garantir a integridade da informação é um fundamento essencial para enfrentar eficazmente a crise climática. Tal entendimento não apenas fortalece a base científica necessária para orientar políticas e ações coerentes, mas também reforça o caminho em direção à justiça climática. Em tempos de presidência do Brasil no G20, o tema ganha proeminência e nos parece ser um caminho promissor para promover respostas equitativas e sustentáveis que beneficiem todas as comunidades, em suas especificidades culturais e regionais e o meio ambiente globalmente.

3 Sobre o G20

O G20 (Grupo dos Vinte) é um fórum internacional que reúne as principais economias do mundo para discutir questões relacionadas à economia global, cooperação financeira e desafios transnacionais. O grupo foi criado em 1999, inicialmente como uma resposta às crises financeiras que ocorreram no final dos anos 1990, especialmente a crise financeira asiática de 1997. O objetivo inicial do G20 era proporcionar um espaço de diálogo e cooperação entre as economias desenvolvidas e emergentes, com o intuito de estabilizar o sistema financeiro global e promover o crescimento econômico sustentável (Cooper, 2010).

O G20 é composto por 19 países e a União Europeia, representando aproximadamente 85% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial e cerca de 75% do comércio internacional. Entre seus membros estão algumas das economias mais avançadas, como os Estados Unidos, Japão e Alemanha, além de importantes economias emergentes, como China, Índia e Brasil (Kirton, 2013). A composição diversificada do G20 reflete o seu caráter único, combinando economias desenvolvidas e emergentes com o objetivo de abordar questões econômicas globais de uma forma mais inclusiva e representativa.

O G20 não possui uma sede permanente ou um secretariado fixo. Ao invés disso, a presidência do grupo é rotativa, sendo assumida por um dos países-membros a cada ano, que se encarrega de organizar as reuniões e definir a agenda. Isso confere uma dinâmica flexível ao G20, permitindo que cada presidência adapte a agenda às necessidades e prioridades globais daquele momento (Hajnal, 2020). O G20 opera em um sistema de troikas, um trio formado pelo atual presidente, o anterior e o próximo presidente do grupo. Em 2024, a troika é composta pela Índia (presidência de 2023), Brasil (presidência de 2024) e África do Sul (presidência de 2025), garantindo continuidade e consistência nas políticas e agendas do G20 (G20 Brasil, 2024).

O fórum é organizado em duas trilhas paralelas de atuação: a Trilha de Sherpas e a Trilha de Finanças. A Trilha de Sherpas é liderada por emissários pessoais dos líderes do G20, responsáveis por supervisionar as negociações e coordenar a maior parte do trabalho, enquanto a Trilha de Finanças trata de assuntos macroeconômicos e é comandada pelos ministros das Finanças e presidentes dos Bancos Centrais dos países-membros. Nas duas trilhas existem grupos de trabalho temáticos que se reúnem regularmente, formados por representantes dos governos dos países-membros, bem como dos países e organizações internacionais convidadas (G20 Brasil, 2024).

As principais reuniões do G20 são as Cúpulas de Líderes, que reúnem chefes de Estado e de governo dos países-membros, além de representantes de organizações internacionais como

o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Essas cúpulas têm sido realizadas anualmente desde 2008, quando o G20 passou a desempenhar um papel central na coordenação de respostas globais à crise financeira que afetou o mundo naquele ano (Sobel, 2012). Anteriormente, o G20 se concentrava em reuniões de ministros de finanças e governadores de bancos centrais, mas a partir da crise de 2008, a importância do fórum aumentou significativamente, elevando o nível de participação para chefes de Estado.

Desde a sua criação, o G20 tem se destacado como um fórum de governança global que vai além das questões estritamente financeiras. Embora o foco inicial estivesse voltado para a estabilidade financeira e a prevenção de crises econômicas, o escopo do G20 ampliou-se para incluir uma vasta gama de temas globais, como mudança climática, saúde global, desenvolvimento sustentável, combate à pobreza e regulação do comércio internacional (Martinez-Diaz; Woods, 2009). Um marco importante na trajetória do G20 foi a resposta à crise financeira de 2008, que colocou o grupo em uma posição de destaque na coordenação de políticas econômicas globais. A Cúpula de Washington, realizada em novembro de 2008, foi a primeira reunião do G20 em nível de líderes e resultou em um plano de ação abrangente para enfrentar a crise, incluindo a reforma dos mercados financeiros, a regulação mais rigorosa das instituições financeiras e a coordenação de pacotes de estímulo econômico para evitar uma recessão global mais profunda (Drezner, 2014).

A partir desse ponto, o G20 consolidou-se como o principal fórum de coordenação econômica global, embora continue enfrentando desafios em relação à implementação de suas decisões e à eficácia de suas iniciativas. O caráter informal e o fato de não possuir mecanismos vinculantes para obrigar os países a cumprirem seus compromissos são frequentemente apontados como limitações do grupo (Cooper, 2010). Além disso, a diversidade de seus membros, que inclui tanto países desenvolvidos quanto emergentes, resulta em divergências de interesses e prioridades, dificultando a construção de consensos sólidos em algumas áreas.

No entanto, o G20 também demonstrou sua capacidade de adaptação e relevância em diferentes momentos de crise. Além da crise financeira de 2008, o G20 teve um papel importante durante a pandemia de covid-19, quando seus membros coordenaram esforços para mitigar os impactos econômicos da pandemia, facilitando o financiamento de vacinas e promovendo a recuperação econômica global. A Cúpula de Riad, em 2020, destacou a necessidade de uma resposta coordenada à crise sanitária e o G20 desempenhou um papel central na mobilização de recursos para garantir o acesso equitativo às vacinas em todo o mundo (Guterres, 2020).

Nos últimos anos, o G20 tem colocado uma ênfase crescente em questões globais interconectadas, como as mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável. Na Cúpula de Paris, em 2015, o G20 contribuiu para a criação de consensos em torno do Acordo de Paris sobre o clima, assumindo compromissos para a redução das emissões de gases de efeito estufa e para a transição para uma economia mais verde (Pickering *et al.*, 2018). O papel do G20 em promover o crescimento econômico sustentável e combater a crise climática foi reforçado nas cúpulas subsequentes, com discussões sobre energias renováveis, financiamento climático e o compromisso de alcançar a neutralidade de carbono até meados do século XXI.

Além das questões climáticas, a economia digital e a regulação das grandes plataformas tecnológicas também têm se tornado temas centrais nas discussões do G20. A transformação digital da economia global, acelerada pela pandemia de covid-19, trouxe à tona questões relacionadas à governança digital, segurança cibernética e a necessidade de regulamentação para evitar o monopólio das grandes empresas de tecnologia (UNCTAD, 2021). Esses temas refletem a complexidade das novas dinâmicas globais e o papel que o G20 desempenha na tentativa de construir uma governança mais inclusiva e equitativa para lidar com esses desafios.

O G20 tem se afirmado como um fórum essencial para a governança global, proporcionando um espaço de diálogo e coordenação entre as maiores economias do mundo. Embora enfrente desafios em termos de implementação de suas decisões e divergências de interesses entre seus membros, o G20 tem demonstrado resiliência e capacidade de adaptação a diferentes crises globais. A sua atuação no contexto da crise financeira de 2008 e, mais recentemente, durante a pandemia de covid-19, destaca sua importância como um ator central na economia global. À medida que o G20 continua a evoluir, o grupo demonstra seu potencial para desempenhar um papel ainda mais significativo na promoção de um crescimento econômico inclusivo e sustentável, ao mesmo tempo em que enfrenta desafios globais complexos, como as mudanças climáticas e a transformação digital.

4 A promoção da integridade da informação sobre mudanças climáticas no G20 Brasil 2024

A presidência do Brasil no G20 representa uma oportunidade única para o país exercer um papel de liderança na arena internacional, promovendo uma agenda focada no desenvolvimento sustentável e inclusivo, influenciando positivamente a governança global, promovendo a justiça social e protegendo o meio ambiente para as gerações futuras (G20 Brasil,

2024). O calendário das atividades previstas¹² para o G20 Brasil 2024 é composto por mais de 130 eventos, entre encontros presenciais e por videoconferência, que estão sendo realizados em 15 cidades-sedes¹³ nas cinco regiões brasileiras. As atividades são uma preparação para a reunião da cúpula que ocorre em 18 e 19 de novembro de 2024, na cidade do Rio de Janeiro. Os eventos paralelos são focados em temas cruciais para a agenda global, como governo digital e inclusão, proteção de dados, segurança na economia digital e inteligência artificial para equidade social.

Dentre os encontros realizados pelo G20 em que estive presente¹⁴, gostaria de destacar o evento “Promover a Integridade da Informação: Combatendo a Desinformação, o Discurso de Ódio e as Ameaças às Instituições Públicas Online”, realizado nos dias 30 de abril e 1º de maio de 2024 em São Paulo. Organizado pelo Grupo de Trabalho de Economia Digital do G20, em parceria com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR) e a UNESCO, o seminário foi o primeiro no contexto do G20 a tratar diretamente da integridade da informação em plataformas digitais. O objetivo principal foi discutir como a desinformação e o discurso de ódio afetam a estabilidade política e a confiança nas instituições democráticas, além de explorar suas implicações em questões globais, como as mudanças climáticas e a sustentabilidade ambiental.

Durante o evento, diversos especialistas internacionais, acadêmicos e líderes de organizações globais debateram o impacto das tecnologias digitais na disseminação de informações falsas e na manipulação da opinião pública. A integridade da informação foi abordada como uma ferramenta crucial para proteger processos democráticos, especialmente em contextos eleitorais, e garantir que políticas públicas sejam formuladas com base em dados verificáveis. João Brant, secretário de Políticas Digitais do Brasil, destacou a necessidade de combater a desinformação para preservar a coesão social e a proteção dos direitos humanos. Segundo ele, “a desinformação e os discursos de ódio afetam diretamente a estabilidade política e econômica dos países, sendo um tema central que, pela primeira vez, ocupa a agenda do G20” (Brant, 2024).

Um dos aspectos mais discutidos foi a relação entre a desinformação e as mudanças climáticas. A disseminação de notícias falsas e campanhas de desinformação sobre o aquecimento global tem prejudicado os esforços globais de enfrentamento da crise climática, especialmente no que tange à implementação de políticas ambientais. Representantes da ONU e da UNESCO,

¹² G20. Página oficial do G20. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/calendario> Acesso em: 10/06/2024.

¹³ As cidades-sede são: Belém (PA), Belo Horizonte (BH), Brasília (DF), Cuiabá (MT), Fortaleza (CE), Foz do Iguaçu (PR), Maceió (AL), Manaus (AM), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Luís (MA), São Paulo (SP) e Teresina (PI).

¹⁴ Até o momento, o (a) autor (a) esteve presente em três eventos paralelos do G20 Brasil 2024, a saber: 1) Promover a Integridade da Informação (São Paulo, Maio, 2024); 2) Seminário sobre Segurança na Economia Digital (São Luís, junho, 2024) e 3) *States of the Future* (Rio de Janeiro, Julho, 2024).

como Tawfik Jelassi, diretor-geral adjunto da UNESCO, alertaram para o impacto da desinformação climática, destacando que campanhas negacionistas dificultam a mobilização social e atrasam o progresso das metas climáticas estabelecidas pelo Acordo de Paris.

Além disso, foram discutidas iniciativas para regulamentar o fluxo de informações em plataformas digitais, como a criação de um “Código de Conduta para a Integridade da Informação em Plataformas Digitais”. Esse código teria como foco maior transparência no uso de algoritmos que controlam a disseminação de conteúdo nas redes sociais, exigindo que as empresas sejam mais proativas na contenção da desinformação, especialmente sobre temas críticos como clima e saúde pública.

As mesas de discussão exploraram tópicos como a sustentabilidade dos produtores de conteúdo de interesse público, especialmente na área de mudanças climáticas. O financiamento e a sustentabilidade de jornalistas e cientistas que divulgam informações confiáveis enfrentam dificuldades significativas, competindo com campanhas desinformativas amplamente disseminadas nas redes. Nesse sentido, a integridade da informação foi discutida como essencial para garantir que o público tenha acesso a dados precisos e cientificamente embasados sobre o clima e outros temas globais.

Entre os palestrantes de destaque no evento, estiveram Maria Ressa, jornalista filipina e laureada com o Prêmio Nobel da Paz, que compartilhou suas experiências no combate à desinformação em contextos autoritários, e Christophe Deloire, diretor executivo da organização Repórteres Sem Fronteiras, que abordou os impactos da desinformação sobre a liberdade de imprensa e os direitos humanos. A subsecretária-geral da ONU para Comunicações Globais, Melissa Fleming, também enriqueceu o debate, ressaltando como campanhas globais de comunicação podem promover empatia e ação humanitária diante da crise dos refugiados e das mudanças climáticas.

Um dos pontos altos do evento, foi o anúncio do ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Paulo Pimenta, da construção de uma iniciativa global para a Integridade da Informação sobre mudanças climáticas. A iniciativa está sendo gestada com a ONU e a Unesco e irá valorizar e envolver redes de pesquisadores já existentes, como a Rede de Conhecimento Global ligado a Unesco; o Observatório de Informação e Democracia¹⁵ e o Painel Internacional sobre o Ambiente Informacional¹⁶. A proposta é a criação de uma agenda conjunta até a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 30) que será realizada em

¹⁵ Observatório da Democracia. Disponível em: https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/observatorio_da_democracia
Acesso em: 10 maio 2024.

¹⁶ International Panel on the Information Environment (IPIE). Disponível em: <https://www.ipie.info/> Acesso em: 10 maio 2024.

novembro de 2025 no país. O intuito é reunir evidências sobre o impacto da desinformação sobre mudanças climáticas e questões socioambientais buscando caminhos para superar o problema. A iniciativa está sendo liderada pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM), pelo Ministério do Meio Ambiente e o Ministério das Relações Exteriores.

As discussões promovidas no painel temático “Integridade da informação como fundamento na luta contra a mudança climática”¹⁷, trouxeram *insights* significativos acerca das narrativas e contranarrativas sobre mudanças climáticas e possíveis estratégias e ações de enfrentamento ao problema da desinformação sobre o clima, especialmente, no contexto brasileiro. O painel teve a mediação de Hannah Balieiro, diretora executiva do Instituto Mapinguari e foi composto por Angie Holan, diretora do International Fact-Checking Network, Rose Marie Santini, professora de comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Antonia Gawel, diretora global de Sustentabilidade e Parcerias do Google, João Guilherme Bastos dos Santos, diretor de análise do Democracia em Xequê e Sonia Guajajara, ministra dos Povos Indígenas do Brasil.

Os participantes do painel destacaram como as produções comunicacionais e informativas produzidas pelos povos originários e seus saberes locais desempenham um papel essencial na garantia da integridade da informação sobre mudanças climáticas no *ambiente on-line*. Além dos impactos diretos na política e nas instituições democráticas, o painel também abordou as repercussões econômicas da desinformação. A manipulação de informações sobre crises ambientais e políticas públicas de sustentabilidade tem impacto direto nas economias globais. Dessa forma, a integridade da informação foi apresentada como um fator estratégico não apenas para proteger as democracias, mas também para garantir que a transição para uma economia verde ocorra de maneira justa e informada.

O evento resultou na formulação de um Relatório Oficial, liderado por João Brant, que fornecerá diretrizes e recomendações para políticas de combate à desinformação a serem discutidas dentro do Grupo de Trabalho de Economia Digital do G20. O relatório também abordará a necessidade de uma governança digital mais robusta, com ênfase na transparência das plataformas e na proteção da integridade da informação sobre temas críticos como as mudanças climáticas. Essas recomendações serão encaminhadas para outros fóruns multilaterais, como a ONU e a OCDE, reforçando a importância de um esforço global coordenado para enfrentar a desinformação em todas as suas dimensões.

¹⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ujjlnKjAGo> Acesso em: 10 jun.2024.

Em suma, o evento “Promover a Integridade da Informação” foi uma iniciativa pioneira que destacou a importância de se enfrentar a desinformação e o discurso de ódio no mundo digital, especialmente no que tange às questões climáticas. Ao reunir especialistas, líderes políticos e representantes da sociedade civil reforçou a necessidade de um esforço global para proteger a democracia, promover políticas públicas baseadas em fatos e combater as ameaças que a desinformação representa para o futuro do planeta.

5 Desafios e oportunidades para o Brasil em tempos de crise ambiental e informacional

No Brasil, a desinformação sobre o clima persiste como um desafio significativo nas diferentes regiões do país, onde figuras influentes e autoridades locais têm promovido o negacionismo climático com a mediação das plataformas digitais. Desastres naturais recentes, como queimadas no Pantanal e secas na Amazônia, bem como as enchentes do Rio Grande do Sul, aumentaram a conscientização pública, mas também trouxeram ondas de desinformação sem precedentes. Por isso, compreender o funcionamento do ecossistema da desinformação ambiental é crucial para que ações e estratégias de enfrentamento à crise ambiental e informacional que se encontra em curso possam ter o resultado e êxito desejado.

O ecossistema da desinformação socioambiental no Brasil é caracterizado por uma rede complexa de atores e estratégias que visam minar a credibilidade das informações científicas e promover narrativas falsas (NETLAB/UFRJ, 2024a). Um elemento central desse ecossistema é a precariedade da cobertura da imprensa tradicional, que frequentemente simplifica a complexidade dos conflitos socioambientais, negligenciando os impactos sociais do desmatamento e das queimadas. A imprensa tradicional, ao não abordar essas questões de maneira adequada, deixa espaço para a proliferação de conteúdos desinformativos que se propagam rapidamente nas plataformas de redes sociais. Esses conteúdos frequentemente associam crises ambientais a teorias da conspiração e narrativas que culpam agentes externos, como ONGs internacionais, pelo suposto intervencionismo nos assuntos nacionais (Salles *et al.*, 2023).

Ademais, a monetização da desinformação é uma característica marcante desse ecossistema, uma vez que influenciadores e criadores de conteúdo que disseminam informações falsas frequentemente lucram com anúncios publicitários em seus sites e canais, incentivando a produção contínua de desinformação (NETLAB/UFRJ, 2024c). Políticos e lideranças partidárias, especialmente da extrema-direita e ligados ao agronegócio, desempenham um papel central na disseminação dessas narrativas, utilizando seus mandatos e a visibilidade na grande imprensa para amplificar mensagens falsas. Essa estratégia não só perpetua a desinformação,

mas também busca influenciar políticas públicas, como exemplificado pelas tentativas de acelerar a aprovação de leis que permitem a mineração em Terras Indígenas, utilizando argumentos falaciosos sobre a necessidade de potássio para fertilizantes durante a guerra da Ucrânia¹⁸. Esse ambiente complexo e bem-orquestrado cria um cenário desafiador para a promoção de informações verídicas e científicas sobre questões socioambientais no Brasil.

Com efeito, a desinformação disseminada durante as enchentes que assolaram o estado do Rio Grande do Sul em abril de 2024 indica uma atuação orquestrada de desinformação multiplataforma (NETLAB/UFRJ, 2024b; 2024c). Influenciadores digitais utilizaram amplamente as mídias sociais para disseminar mensagens que, por um lado, atacavam o governo e, por outro, negavam a correlação entre eventos climáticos e mudanças climáticas, por meio de teorias da conspiração. De fato, simultaneamente à calamidade física, que deixou às claras a insuficiência de recursos destinados à prevenção e preparação para eventos extremos, a proliferação de desinformação e fraudes *on-line* tornou-se também uma marca autoevidente da referida tragédia. Reportagens investigativas e iniciativas de checagem de fatos revelaram uma ampla circulação de conteúdos falsos que prejudicaram os esforços de assistência à população afetada pelas enchentes, bem como a redução significativa dos gastos com defesa civil nos últimos anos, destacando a falta de investimento crucial em prevenção por parte do governo estadual e da prefeitura de Porto Alegre.

De fato, alguns influenciadores, sites e políticos de extrema direita aproveitaram a tragédia para autopromoção e disseminação de ataques ao governo, enquanto algumas plataformas digitais e empresas internacionais facilitaram a disseminação de conteúdos enganosos (NETLAB/UFRJ, 2024b; 2024c). A ausência de regulamentação e transparência no ambiente *on-line* permitiu que anúncios fraudulentos e sites anônimos prosperassem, agravando a resposta à crise. As narrativas desinformativas variaram desde a negação das mudanças climáticas até acusações infundadas contra a atuação do governo federal e líderes locais, demonstrando a necessidade urgente de regulamentação e maior transparência nas plataformas digitais para combater a desinformação e melhorar a resposta a desastres climáticos. Entre as principais narrativas identificadas estavam alegações de que o presidente Lula não estava

¹⁸ Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/extra/2022/03/02/bolsonaro-usa-guerra-para-defender-mineracao-em-terras-indigenas> Acesso em: 14 out. 2024.

comprometido com as vítimas¹⁹, que a tragédia era um castigo divino²⁰ e que empresários, como Elon Musk e Luciano Hang, estavam ajudando mais que o governo²¹.

No bojo dessa reflexão, torna-se evidente que garantir a integridade da informação sobre mudanças climáticas é fundamental para assegurar e fortalecer a soberania digital e nacional. Em ano de G20 no Brasil, o país enfrenta desafios significativos, mas também tem a oportunidade de liderar iniciativas que promovam a transparência e precisão das informações climáticas, combatendo a desinformação e fortalecendo suas políticas ambientais. Essa integridade informacional protege os dados contra manipulações externas, sustenta a formulação de políticas públicas eficazes e promove a participação informada em negociações internacionais. Investir em pesquisa e tecnologia locais e representar as necessidades das comunidades afetadas são passos essenciais para manter essa soberania. Assim, ao buscar assegurar a integridade das informações climáticas, o Brasil não só enfrenta os obstáculos de um contexto de “crises dentro de crises”, mas também aproveita oportunidades para contribuir para a governança global sustentável e a justiça climática, estabelecendo padrões que beneficiem os países do Sul Global.

A soberania digital é um conceito essencial em um mundo altamente interconectado, no qual as infraestruturas digitais são vitais para a autonomia de um Estado. Ela se refere à capacidade de um país de controlar seus dados, infraestruturas tecnológicas e fluxos informacionais, garantindo que as decisões que impactam sua sociedade sejam tomadas em conformidade com seus interesses nacionais, sem interferência externa de outras nações ou de grandes corporações (Sousa; Moraes, 2023). A digitalização afeta aspectos políticos, econômicos e sociais, e, para o Brasil, que assume a presidência do G20 em 2024 com o lema “A construção de um mundo justo e um planeta sustentável”, a soberania digital torna-se central no debate internacional. Essa liderança oferece uma oportunidade única para o Brasil moldar discussões globais e promover iniciativas que assegurem maior controle sobre suas infraestruturas digitais, protejam os dados de seus cidadãos e combatam a desinformação, especialmente relacionada às mudanças climáticas (Gomes; Silva, 2024).

Um dos principais desafios que o Brasil enfrenta no campo da soberania digital é a dependência de infraestruturas tecnológicas controladas por corporações estrangeiras, como as gigantes da tecnologia (*Big Techs*), que possuem e operam grande parte dos data centers e

¹⁹ Disponível em: <https://revistaeste.com/politica/lula-promete-ajuda-financeira-ao-rs-mas-ainda-nao-repassou-verba-prometida-na-tragedia-do-ano-passado/> Acesso em: 14 out. 2024.

²⁰ Disponível em: https://www.tiktok.com/@kasoreais/video/7365950089635925254?_r=1&_t=8mBSDzMWxs6 Acesso em: 14 out. 2024.

²¹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C6e9buEtGim/> Acesso em: 14 out. 2024.

plataformas digitais utilizados no país. Essa dependência coloca o Brasil em uma posição de vulnerabilidade, já que a maioria dos dados gerados por cidadãos brasileiros está sujeita a regras e políticas de governança estrangeiras. Isso reduz a capacidade do país de exercer controle sobre seus dados, algoritmos e sistemas críticos, limitando a autonomia tecnológica e a segurança digital.

Além da contínua dependência tecnológica, o Brasil enfrenta desafios significativos relacionados à desinformação no ambiente digital, os quais comprometem a integridade informacional do país. Nos últimos anos, a disseminação de desinformação, particularmente sobre questões ambientais e climáticas, tornou-se uma ferramenta poderosa para manipular a opinião pública e interferir em políticas ambientais fundamentais. Um exemplo claro ocorre nas queimadas que vêm devastando várias regiões do Brasil desde agosto de 2024, com destaque para os estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso e São Paulo. As *fake news*²² e teorias conspiratórias impactaram negativamente a resposta governamental em várias crises ao dificultar a comunicação clara entre as autoridades e a população. Especificamente, em situações como os incêndios, a desinformação sobre a origem criminosa dos eventos minou a credibilidade das autoridades, gerou desconfiança e confusão generalizada. Isso forçou o governo a desviar recursos para combater a desinformação, em vez de focar exclusivamente na mitigação da crise.

Ademais, essas *fake news* contribuíram para a polarização social, dividindo a população entre aqueles que acreditavam em versões oficiais e os que se deixavam influenciar por teorias falsas. Como resultado, a adesão a medidas preventivas ou de evacuação foi prejudicada, complicando ainda mais as operações de controle e resposta emergencial. Tais conteúdos desinformativos minaram a conscientização pública sobre o impacto ambiental real das queimadas, que comprometem a biodiversidade, intensificam as mudanças climáticas e afetam comunidades locais. A ausência de uma regulamentação eficaz do ambiente *on-line*, aliada à falta de mecanismos robustos de verificação de fatos, transformou a desinformação em um obstáculo para a garantia e promoção da soberania digital e integridade informacional no Brasil.

6 Conclusão

A presidência do G20 oferece ao Brasil uma plataforma estratégica para promover a soberania digital e informacional. O país pode liderar reformas nas instituições de governança

²² *Fake news* são conteúdos falsos ou enganosos que imitam o formato de notícias legítimas, sem seguir técnicas jornalísticas, com o objetivo de enganar ou manipular o público. Esses conteúdos são disseminados em plataformas que simulam ser veículos noticiosos. Além disso, *fake news* podem ser usadas para fins financeiros ou ideológicos, muitas vezes favorecendo um viés político ou ideológico específico. Elas fazem parte de sistemas desinformativos que buscam legitimar-se pela aparência de credibilidade.

global, estabelecendo normas internacionais que assegurem a proteção de dados, a privacidade dos cidadãos e a regulação das plataformas digitais. No entanto, é essencial um olhar crítico ao conceito de integridade da informação, que, muitas vezes, trata os dados como unidades estáticas, desconsiderando a complexidade da comunicação e as dinâmicas de poder que influenciam o que é considerado uma informação íntegra. Essa visão simplificada ignora que diferentes grupos interpretam informações de maneiras variadas, moldadas por contextos socioculturais, e frequentemente favorece narrativas dominantes em detrimento de vozes alternativas.

No âmbito das mudanças climáticas, a desinformação representa uma ameaça crescente que o Brasil se compromete a enfrentar em sua liderança no G20. A presidência brasileira pode propor mecanismos internacionais de verificação de dados científicos, assegurando que as decisões políticas sejam baseadas em informações confiáveis sobre o clima. Nessa direção, a crítica ao conceito de integridade da informação deve ser considerada justamente para garantir que as soluções propostas no que concerne as mudanças climáticas sejam realmente inclusivas e representem as vozes diversas dos países do mundo majoritário. Essas questões, portanto, devem ser exploradas com maior profundidade à medida que avançamos no debate.

O esforço de cooperação entre os países do G20 permitirá ao Brasil liderar iniciativas que promovam a integridade informacional tanto no ambiente digital quanto nas questões climáticas. Garantir a integridade da informação é essencial para que políticas ambientais baseadas em ciência sejam implementadas de maneira eficaz. No entanto, isso deve ser acompanhado por uma compreensão crítica das dinâmicas sociais que influenciam a aceitação das informações. A soberania digital e a integridade informacional estão profundamente interligadas, e a presidência brasileira no G20 oferece uma oportunidade histórica para definir novos padrões de governança global e de combate na luta contra as mudanças climáticas, em suas dimensões socioambientais e informacionais.

Referências

ALAM, S. Majority world: challenging the West's rhetoric of democracy. **Amerasia Journal**, v. 34, n. 1, p. 87-98, 2008. DOI:10.17953/AMER.34.1.L3176027K4Q614V5.

ALLEN, D. E.; MCALEER, M. Fake news and indifference to scientific fact: President Trump's confused tweets on global warming, climate change and weather. **Scientometrics**, v. 117, n. 1, p. 625-629, 2018. DOI: 10.1007/s11192-018-2847-y. Disponível em: https://pure.eur.nl/ws/portalfiles/portal/47224981/REPUB_109518.pdf. Acesso em: 03 jan. 2025.

ALONSO-LÓPEZ, N.; SIDORENKO-BAUTISTA, P.; GIACOMELLI, F. Beyond challenges and viral dance moves: TikTok as a vehicle for disinformation and fact-checking in Spain, Portugal, Brazil, and the USA. **Anàlisi: Quaderns de Comunicació i Cultura**, v. 64, p. 65-84, 2021. DOI: 10.5565/rev/analisi.3411. Disponível em: <https://analisi.cat/article/view/v64-alonso-sidorenko-giacomelli/3411-pdf-en>. Acesso em: 03 jan. 2025.

ALVES, M. *et al.* **Disinformation and 2022 elections in Brazil**: lessons learned from South-to-South context. [S. l.]: INCT em Disputas e Soberanias Informacionais, 2023. Disponível em: <https://inctdsi.uff.br/2023/11/15/disinformation-and-2022-elections-in-brazil-lessons-learned-from-a-south-to-south-context/>. Acesso em: 23 maio 2024.

BRANDT, J. **Information integrity**, 27 de abr. de 2024. 1 vídeo (2 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UM45kXD23KI>. Acesso em: 06 jan. 2025.

BRANDTZAEG, P. B.; FØLSTAD, A. Why people use chatbots. In: KOMPATSIARIS, I., *et al.* **Internet Science**. INSCI 2017. Lecture Notes in Computer Science, v. 10673. Springer, Cham. DOI: 10.1007/978-3-319-70284-1_30. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-70284-1_30. Acesso em: 3 jan. 2025.

COMO proteger a integridade da informação nas plataformas digitais? ONU publica orientações do secretário-geral. **Nações Unidas BRASIL**, 20 out. 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/249995-como-proteger-integridade-da-informa%C3%A7%C3%A3o-nas-plataformas-digitais-onu-publica-orienta%C3%A7%C3%B5es-do#:~:text=A%20integridade%20de%20informa%C3%A7%C3%A3o%20refere,Discurso%20de%20C3%B3dio>. Acesso em: 02 jan. 2025.

COOK, J. *et al.* Quantifying the consensus on anthropogenic global warming in the scientific literatura. **Environmental research letters**, v. 8, n. 2, p. 024024, 2013. DOI: 10.1088/1748-9326/8/2/024024. Disponível em: <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1748-9326/8/2/024024/pdf>. Acesso em: 3 jan. 2025.

COOPER, A. F. **The G20 and global governance**: the rise of the concert diplomacy. [S. l.]: Routledge, 2010.

DREZNER, D. W. **The system worked**: how the world stopped another great depression. [S. l.]: Oxford University Press, 2014.

FGV/ECMI. **Ataque à democracia e repercussão do 8 de janeiro**: disputas narrativas em torno dos atos antidemocráticos nas plataformas online. Rio de Janeiro: FGV/ECMI, 2023. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/381f6ac1-4493-40bc-ae6-73da4446bbf0/content>. Acesso em: 23 jun. 2024.

FRANCHINI, M.; MAUAD, A. C. E.; VIOLA, E. From Lula to Bolsonaro: a decade of climate governance degradation in Brazil. **Análisis Político**, v. 33, n. 99, p. 81-100, 2020. DOI: 10.15446/anpol.v33n99.90969. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/anpol/article/view/90969/76813>. Acesso em: 3 jan. 2025.

GALLELI, G. M. F.; LEITZKE, M. R. L. Crise ambiental e crise de informação: reflexões sobre a opinião pública no contexto da sustentabilidade. **Organicom**, São Paulo, Brasil, v. 13, n. 25, p. 15-25, 2016. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2016.139335. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139335>. Acesso em: 3 jan. 2025.

G20. **Página oficial do G20**. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br>. Acesso em: 23 jun. 2024.

G20 BRASIL. **Brasil na presidência do G20**: entenda o que é o G20 e quais as responsabilidades do Brasil. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/e-book-brasil-na-presidencia-do-g20>. Acesso em: 23 jun. 2024.

G20 BRASIL. **Brazil assumes G20 Presidency**, 2023, 1 vídeo (2:21 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0A6MoEu7ON4>. Acesso em: 02 jan. 2025.

GOMES, L. F.; SILVA, A. R. Desafios e oportunidades para a soberania digital no Brasil: uma análise da presidência do G20 em 2024. **Revista de Governança Digital**, v. 8, n. 2, p. 101-120, 2024.

GUTERRES, A. **G20 summit must be the launchpad for a coordinated global response to COVID-19**. [S. l.]: United Nations Press, 2020.

HAJNAL, P. I. **The G20**: evolution, interrelationships, documentation. [S. l.]: Ashgate, 2020.

HAMELEERS, M.; VAN DER MEER, T. G. L. A. Misinformation and polarization in a high-choice media environment: how effective are political fact-checkers? **Communication Research**, v. 47, n. 2, 2020. DOI: doi.org/10.1177/0093650218819671. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0093650218819671>. Acesso em: 03 jan. 2025.

HART, P. S.; NISBET, E. C.; SHANAHAN, J. E. Environmental values and the social amplification of risk: an examination of how environmental values and media use influence predispositions for public engagement in wildlife management decision making. **Society and Natural Resources**, v. 24, n. 3, 2011. DOI: 10.1080/08941920802676464.

HEYD, T. Covid-19 and climate change in the times of the Anthropocene. **The Anthropocene Review**, v. 8, n. 1, p. 21-36, 2021. DOI: doi.org/10.1177/2053019620961799. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2053019620961799>. Acesso em: 03 jan. 2025.

KIRTON, J. J. **G20 governance for a globalized world**. [S. l.]: Ashgate, 2013.

MARTINEZ-DIAZ, L.; WOODS, N. **Networks of influence?** Developing countries in a networked global order. [S. l.]: Oxford University Press, 2009.

MAXWELL, R.; MILLER, T. The Propaganda Machine Behind the Controversy Over Climate Science: Can You Spot the Lie in This Title? **American Behavioral Scientist**, v. 60, n. 3, p. 288-304, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1177/0002764215613405>. Disponível em: https://orca.cardiff.ac.uk/id/eprint/100370/1/100370_The%20propaganda%20machine%20behind%20the%20controversy%20over%20climate%20science%20can%20you%20spot%20the%20lie%20in%20this%20title_maxwell.pdf. Acesso em: 03 jan. 2025.

MIGUEL, J. C. H. A “meada” do negacionismo climático e o impedimento da governamentalização ambiental no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 37, n. 1, p. 293-315, 2022. DOI: 10.1590/s0102-6992-202237010013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/wCDHY4RdNWSBZC5m6Q7fpBx/?format=pdf>. Acesso em: 03 jan. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. **Integridade da Informação nas Plataformas Digitais**. [S. l.]: [S. n.], 2023.

NADIR, M. Por uma análise das mudanças climáticas no Sul global: caso do Marrocos e do Brasil. **Juris - Revista da Faculdade de Direito**, v. 30, n. 1, p. 9-42, 2020. DOI: 10.14295/juris.v30i1.11667. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/juris/article/view/11667/7863>. Acesso em: 03 jan. 2025.

NARTOVA-BOCHAUVER, S. K. *et al.* The role of environmental identity and individualism/collectivism in predicting climate change denial: evidence from nine countries. **Journal of Environmental Psychology**, v. 84, 101899, 2022. DOI: 10.1016/j.jenvp.2022.101899.

NASH, N. *et al.* Local climate change cultures: climate relevant discursive practices in three emerging economies. **Climatic Change**, v. 163, n. 1, p. 63-82, 2020. DOI: 10.1007/s10584-019-02477-8.

NETLAB/UFRJ. **Ecosistema de Desinformação Socioambiental no Brasil**. Rio de Janeiro: NetLab/UFRJ, 2024a. Disponível em: <https://netlab.eco.ufrj.br/post/ecossistema-de-desinforma%C3%A7%C3%A3o-socioambiental-no-brasil>. Acesso em: 23 jun. 2024.

NETLAB/UFRJ. **Enchentes no Rio Grande do Sul: uma análise da desinformação multiplataforma sobre o desastre climático**. Rio de Janeiro: NetLab/UFRJ, 2024b. Disponível em: <https://netlab.eco.ufrj.br/post/enchentes-norio-grande-do-sul-uma-an%C3%A1lise-da-desinforma%C3%A7%C3%A3o-multiplataforma-sobre-o-desastre-clim%C3%A1ti>. Acesso em: 23 jun. 2024.

NETLAB/UFRJ. **Como o YouTube financia o negacionismo e o conspiracionismo climático e a desinformação sobre o RS?**. Rio de Janeiro: NetLab/UFRJ, 2024c. Disponível em: <https://netlab.eco.ufrj.br/post/como-o-youtube-financia-o-negacionismo-e-o-conspiracionismo-clim%C3%A1tico-e-a-desinforma%C3%A7%C3%A3o-sobre-o-rs>. Acesso em: 23 jun. 2024.

O'CALLAGHAN-GORDO, C.; ANTÓ, J. M. COVID-19: The disease of the Anthropocene. **Environmental Research**, v. 187, p. 109683, 2020. DOI: 10.1016/j.envres.2020.109683. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0013935120305764?via%3Dihub>. Acesso em: 03 jan. 2025.

OLIVEIRA, T. Desinformação científica em tempos de crise epistêmica: circulação de teorias da conspiração nas plataformas de mídias sociais. **Revista Fronteiras – Estudos midiáticos**, v. 22, n. 1, p. 21-35, 2020. DOI:10.4013/fem.2020.221.03. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2020.221.03/60747736>. Acesso em: 03 jan. 2025.

- ONU. **Informe de Política para a Nossa Agenda Comum**: Integridade da Informação nas Plataformas Digitais. [S. l.]: ONU, 2023. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2023-10/ONU_Integridade_Informacao_Plataformas_Digitais_Informe-Secretario-Geral_2023.pdf. Acesso em: 10 maio 2024.
- PICKERING, J.; JOTZO, F.; WOOD, P. J. G20 climate change commitments and the Paris Agreement: the challenge of translating ambition into action. **Climatic Change**, v. 150, n. 1-2, p. 5-19, 2018.
- PIRES-OLIVEIRA, T. Crítica do papel do estado na difusão do negacionismo climático: A medida provisória 1136/2022 e a economia política da ignorância. **Revista Estudos Políticos**, v. 13, n. 25, p. 108-140. 2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/rep.v13i25.56039>. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/56039/33851. Acesso em: 10 maio 2024.
- POWELL, J. Scientists Reach 100% Consensus on Anthropogenic Global Warming. **Bulletin of Science, Technology & Society**, v. 37, n. 4, p. 183-184, 2019. DOI: 10.1177/0270467619886266.
- RECUERO, R.; SOARES, F.; ZAGO, G. Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a desinformação sobre COVID-19 no Twitter. **Contracampo**, v. 40, n. 1, p. 1-21, jan./abr. 2021. DOI: <http://doi.org/10.22409/contracampo.v40i1.45611>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/45611/28708>. Acesso em: 03 jan. 2025.
- RIVAS, V. A. To return or not to return: on post-Anthropocene and the pandemic. **Journal of Public Health (Oxford, England)**, v. 44, n. 3, p. e440-e441, 2021. DOI: 10.1093/pubmed/fdab279. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8344428/pdf/fdab279.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2025.
- SANTINI, R. M.; BARROS, C. E. Negacionismo climático e desinformação online: uma revisão de escopo. **Liinc em Revista**, v. 18, n. 1, p. e5948, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18617/liinc.v18i1.5948>. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5948/5602>. Acesso em: 03 jan. 2025.
- SALLES, D. *et al.* The far-right smokescreen: environmental conspiracy and culture wars on Brazilian YouTube. **Social Media + Society**, v. 9, n. 3, 2023. DOI: 10.1177/20563051231196876. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/20563051231196876>. Acesso em: 03 jan. 2025.
- SIERRA CABALLERO, F.; SOLA-MORALES, S. Golpes mediáticos e desinformação na era digital: la guerra irregular en América Latina. **Comunicación y Sociedad**, p. e7604, 2020. DOI: 10.32870/cys.v2020.7604. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/pdf/comso/v17/0188-252X-comso-17-e7604-en.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2025.
- SILVA, H. M. Information and misinformation about climate change: lessons from Brazil. **Ethics in Science Environmental Politics**, v. 22, p. 51-56, 2022. DOI: 10.3354/ese00201.

Disponível em: <https://www.int-res.com/articles/esep2022/22/e022p051.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2025.

SOUSA, R.; MORAES, J. Soberania digital e a crise da governança estatal na era das plataformas digitais. **Revista Brasileira de Políticas Digitais**, v. 12, n. 3, p. 45-68, 2023.

SOBEL, M. The G20 and global economic coordination: lessons from the crisis of 2008–2009. **Journal of Globalization and Development**, v. 3, n. 2, p. 1-19, 2012.

STRIPPEL, C. *et al.* **Challenges and perspectives of hate speech research**. Berlim: Digital Communication Research, 2023.

TONI, A.; CHAVES, C. F. Bolsonaro's far-right populist environmental and climate diplomacy. **Latin American Policy**, v. 13, n. 2, p. 464-483, 2022. DOI: 10.1111/lamp.12268.

UNCTAD. **Digital Economy Report: Cross-Border Data Flows and Development**. [S. l.]: UNCTAD: 2021. Disponível em: <https://unctad.org/page/digital-economy-report-2021>. Acesso em: 03 jan. 2025.

UNITED NATIONS CONVENTION TO COMBAT DESERTIFICATION. **Global drought snapshot 2023: The need for immediate action**. [S. l.]: UNCTAD: 2023. Disponível em: <https://www.unccd.int/sites/default/files/2023-12/Global%20drought%20snapshot%202023.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2024.

VALENTE, J. C. L. *et al.* Latin America and the Caribbean. *In*: WASSERMAN, H. (Ed.). **Meeting the challenges of information disorder in the Global South**. [S. l.]: 2022. p. 78-137. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10625/60954>. Acesso em: 23 mai. 2024.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. [S. l.]: Council of Europe, 2017.

Data de submissão: 15 de setembro de 2024

Data de aceite: 18 de outubro de 2024